

FU TU RE SE ~~CORTES~~



PCLCP



JCAR

ZINE SOBRE O PROJETO "FUTURE-SE"
POLO COMUNISTA LUIZ CARLOS PRESTES
JUVENTUDE COMUNISTA AVANÇANDO
SETEMBRO, 2019



E A OFENSIVA NEOFASCISTA CONTRA A EDUCAÇÃO

Os primeiros 8 meses de governo já deixaram muito claro qual o papel de Bolsonaro e seu grupo na presidência da república: o de liquidar com qualquer avanço democrático existente, liquidar nossa soberania nacional a favorecer os interesses imperialistas e dos monopólios. Apesar das conquistas dos governos petistas não significarem o rompimento a dependência, o golpe de 2016, marcou uma transição de regime com a redução das liberdades democráticas conquistadas nas últimas duas décadas e um processo sem precedentes de retrocessos de ordem econômica, política e social.

Ainda no período Temer, foram aprovadas a Emenda Constitucional 95, que limita um teto aos gastos públicos por 20 anos, e a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), que na prática significa o desmonte da última etapa do ensino básico e a sua privatização mascarada, através das parcerias público-privadas (PPP) com destinação de recursos públicos para o setor empresarial. É um processo de mercantilização da educação, que passa a ser vista como um negócio lucrativo e estruturada de forma mecânica e padronizada, através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A ofensiva sobre as e os educadores e sobre o pensamento crítico também dá a esses ataques um tom obscurantista, especialmente em relação a negação do saber científico e de revisionismo histórico. Movimentos como o “Escola sem Partido”, existentes desde 2004, ganharam força e querem censurar a discussão sobre desigualdades de gênero das escolas ou sobre qualquer conteúdo classificado como “de esquerda”. Isso

disseminou um clima de tensão nas escolas, jogando as famílias contra educadores, instaurando um processo de perseguição política ao pensamento divergente da ideologia obscurantista.

Foi nesse contexto que Bolsonaro chegou ao poder, como a continuação de uma política que já vinha sendo implantada, mas que agora toma graus mais profundos de repressão, com traços nitidamente fascistas, e de entrega da soberania nacional. O capacho dos EUA, tem destruído e entregado a Amazônia, vendeu a Embraer e a BR Distribuidora aos ianques, quer privatizar os Correios, a Eletrobras e outras 15 estatais. Seu projeto visa a reprimarização da economia e desindustrialização, que já iniciou. Durante 2019, todos os meses a indústria perdeu a participação no PIB nacional, aprofundando a dependência diante da ofensiva imperialista. Ao mesmo tempo, mostrou que está afundado até o pescoço com os esquemas das milícias, de corrupção e, inclusive, possivelmente implicado com o assassinato de Marielle Franco.



O QUE É

O "FUTURE-SE"?

Com os cortes de verba, que totalizaram R\$ 5.84 bilhões (cerca de 35% do orçamento de custeio), aplicado pelo governo Bolsonaro contra a educação brasileira, muitas universidades e institutos federais ficaram à beira do fechamento, comprometendo serviços como limpeza, segurança, alimentação, pagamento de energia e água. Criou-se uma crise orçamentária nas instituições federais, para depois apresentar-se uma "solução" na forma de privatização.

Em 17 de julho, durante as férias escolares, Weintraub apresentou o programa "Future-se", que já ganhou o certo apelido de "Fature-se". O documento busca consolidar um projeto mais drástico que a contrarreforma universitária iniciada durante a ditadura militar, em 1968, retomado em 1979 pelo Projeto Portella, de transformação das universidades em fundações privadas. É, portanto, a maior ameaça que a universidade pública brasileira já sofreu desde o fim da ditadura.

MAS O QUE PROPÕE O "FUTURE-SE"?

Realização de "parcerias" com Organizações Sociais (leia-se: setor privado) para executar atividades fins das IFES;

Permite a entrada da administração sobre a lógica do mercado, possibilita a destinação de bens – móveis e imóveis – para as Organizações Sociais (OSs) e cede espaço para que elas definam quais as pesquisas serão realizadas e priorizadas, além de poderem divulgar sua marca e registrar patentes sobre o resultado das pesquisas realizadas na instituição pública.

Abre a possibilidade para cobrança

de mensalidades e taxas como forma de arrecadação de recursos diante da "flexibilização" financeira proposta pelo projeto

Rompe com a noção do professor-pesquisador, quebra o Regime Jurídico Único (RJU) e ataca a carreira docente, pois as pesquisas em parcerias com as OSs não contarão como tempo de trabalho na carga horária docente e tampouco contribuirão com encargos previdenciários. Essa medida força os servidores públicos, especialmente professores, a migrarem para o setor privado, precarizando as condições de trabalho e seus direitos políticos, como a organização sindical. Além disso, em sala de aula, o docente perde sua liberdade de ensinar e de organizar seu plano de aula, passa a ter que trabalhar sob um olhar cada vez mais "utilitário" e "técnico";

Divide o corpo docente entre uma maioria de professores que se dedicaria apenas ao ensino, enquanto uma minoria de "professores-empresendedores" poderia se dedicar apenas aos projetos financiados pela iniciativa privada;

Acaba com a autonomia universitária, uma vez que a instituição não teria mais liberdade para administrar seu orçamento e sua organização interna. Os departamentos ficariam submissos ao Fundo de Investimento, que deveriam fazer parcerias com as OS, para obter verbas e manter seus cursos, pesquisas e programas de pós-graduação. É uma mudança de concepção, pois fortalece o tecnicismo e o utilitarismo mercantil em detrimento da pesquisa e da educação com fins em-si;



Fragmenta o conhecimento já que as áreas mais beneficiadas seriam apenas aquelas de interesses do mercado. Isso criaria uma cisão entre diferentes áreas, podendo haver até a extinção completa de áreas de conhecimento dentro das instituições acadêmicas.





NÃO PODE SER APENAS UMA GREVE:

É PRECISO GANHAR A SOCIEDADE EM DEFESA DA EDUCAÇÃO!

Não é por acaso que o governo Bolsonaro escolheu a educação como seu próximo alvo dentro do seu projeto de destruição e recolonização nacional. A educação é, dentro dos setores populares, um dos mais bem organizados. Seu modo de ataque busca a todo momento desmoralizar os cientistas, professores, pesquisadores e estudantes, acusando as universidades e institutos educacionais de serem antros de “balbúrdia” e de “maconheiros”. Derrotar a educação, para ele, significa limpar o caminho para continuar o projeto do imperialismo estadunidense para o Brasil. Diante disso, está bastante consolidada a ideia de que será necessária uma luta prolongada contra esse projeto. É necessário, porém, refletir sobre qual a forma de luta mais adequada para esse momento.

Não há dúvidas que será necessária a construção de uma grande greve nacional da educação que abarque todas as categorias dos diferentes níveis e instituições educacionais.

Será preciso também ganhar os setores mais atrasados das universidades para o nosso lado. Os setores minimamente democráticos, mesmo das reitorias e burocracias universitárias, precisam ser convencidos a enfrentar o governo federal. Alguns deles já se mobilizaram contra os

cortes durante o mês de maio, mas agora a tática do governo é usar o “Future-se” como chantagem para dividir o movimento em defesa da educação que foi construído até aqui. Barrar o “Future-se” pelos canais deliberativos das universidades e institutos, seja por votação ou aprovação de moções, deverá ser a primeira alternativa do movimento que busca construir o consenso com a comunidade acadêmica. Enfrentamentos internos como ocupações e interdições de sessões deliberativas propensas a aprovar o projeto devem estar no horizonte, quando não for possível barrar por consenso ou maioria.

A forma de luta principal, porém, deverá ir além da paralisação típica dos movimentos grevistas. Esvaziar as universidades, nesse contexto, seria um grave erro. Sobre tudo porque os impactos econômicos e sociais de uma greve da educação demoram muito mais tempo para serem sentidos pelo conjunto da sociedade do que no caso de um setor diretamente ligado à circulação e produção de mercadoria.

A greve nacional deverá ser uma oportunidade para ganhar a simpatia do povo e da classe trabalhadora para enfrentar esse projeto privatizante. Esta luta é a oportunidade para um momento de profunda disputa ideológica: defender a universidade 100% pública, estatal e de qualidade, assim como o tripé “ensino, pesquisa e extensão”, que de fato sirvam ao povo, sendo a porta de entrada para o convencimento dos malefícios das privatizações em geral e da orientação obscurantista que o governo tem dado para a educação. As iniciativas realizadas durante as lutas de maio contra os cortes, como #CiênciaNaPraça, que levaram o movimento para o diálogo direto com a população foram experiências muito positivas nesse sentido. Dessa forma, defendemos que é preciso, simultaneamente ao esforço grevista, organizar grupos para ações diretas de extensão popular, desenvolvendo ações simples junto ao povo e evidenciando a importância social das universidades e institutos federais.

COMO ORGANIZAR UMA AÇÃO DE EXTENSÃO POPULAR:

1. Reúna um grupo de professores e estudantes de uma ou mais áreas de conhecimento;
2. Planeje uma ação que tenha impacto social, como estudantes de direito que forneçam assessoria jurídica nas praças, aulões e atividades em parcerias com ocupações e associações de moradores, feiras e apresentações artísticas, cursinhos populares, entre outros.
3. Divulgue amplamente a data e horário da ação;
4. Realize a ação planejada, deixando clara a relação com o movimento educacional contra o Future-se e os cortes, promovendo panfletagens com as ideias do movimento.



f [FB.COM/JCAPCLCPBRASIL](https://www.facebook.com/JCAPCLCPBRASIL)

r [JCABRASIL.ORG](https://www.jcabrasil.org)

f [FB.COM/PCLCP](https://www.facebook.com/PCLCP)

r [ACOLUNA.ORG](https://www.acoluna.org)